



A Reserva Agrícola Nacional e os Interesses Especulativos

O espectro da fome é algo com que a humanidade sempre conviveu ao longo de tempos imemoriais. Flutuações climáticas, invasões de pragas, devastações e pilhagens pela guerra, puseram muitas vezes em causa as colheitas anuais, e com isso lançaram à mingua populações inteiras. São casos clássicos, já em períodos recentes, a devastação das plantações de batatas na Irlanda, que matou de fome centenas de milhar irlandeses, e obrigou milhões a imigrar para a América; ou, num período ainda mais recente, a fome na Europa durante o longo período da II Grande Guerra, que afectou severamente os povos de muitos países. Portugal também não escapou a essa fome, e a memória deste período ainda permanece viva na memória da população mais idosa.

Os problemas de abastecimento alimentar durante a II Guerra foram tão marcantes para os povos europeus, que, quando a Comunidade Europeia foi constituída, uma das suas principais preocupações foi garantir a sua segurança alimentar através do auto-abastecimento. Durante décadas a Política Agrícola Comum constituiu um dos principais pilares das políticas europeias, absorvendo a maior parte do orçamento comunitário. Ainda hoje, é em nome da segurança alimentar que a Europa continua a dedicar mais de metade do seu orçamento aos apoios à agricultura.

A agricultura portuguesa todavia, nunca se revelou suficientemente produtiva para garantir por si mesma o auto-abastecimento do país. País de orografia acidentada e solos pobres, Portugal especializou-se na produção florestal e na vinha. Os cereais, cultura que requer solos de aluvião, sempre foi um sector deficitário.

Já nos anos 80, em plena fase de decadência da agricultura portuguesa, e de crescimento suburbano dos principais centros da faixa litoral do país, foi criada legislação para preservar os melhores terrenos do país. Tratou-se da criação da Reserva Agrícola Nacional, uma reserva estratégica constituída pelos melhores solos: os aluviões dos vales dos rios, e os afloramentos argilosos. Pretendia-se com isso proteger os solos mais produtivos para garantir a possibilidade de existência de um sector agrícola com viabilidade para competir num mercado alargado, e simultaneamente salvaguardar a nossa segurança alimentar.

Todavia com a desvalorização dos preços das produções agrícolas e o aprofundar da crise na agricultura, a terra, mesmo a melhor, perdeu o valor produtivo e hoje o seu

valor é sobretudo especulativo. Hoje, os terrenos mais apetecíveis para a construção de grandes empreendimentos, são sobretudo aqueles que estão protegidos por legislação, como a Reserva Agrícola, porque são os mais baratos, e aqueles que proporcionam maiores lucros. Qualquer terreno marginal, sem condicionantes, tem mais valor económico que um bem terreno agrícola. Este é o grande filão que as políticas de ordenamento do território proporcionam involuntariamente à especulação imobiliária. Comprar terrenos agrícolas e convertê-los em urbanos, através da conversão do uso do solo, tornou-se no sector de negócios mais lucrativo que existe em Portugal. Com o anúncio da localização do aeroporto na Ota, está a acontecer um assalto predatório movido por interesses especulativos aos melhores solos agrícolas dos concelhos limítrofes do aeroporto. Em Novembro de 2005 um conhecido promotor imobiliário, deu uma entrevista ao jornal Correio da Manhã, nas qual dizia ter comprado 600ha na região, por preços inferiores a 2000 contos por hectare, com os quais anunciava pretender facturar 500 milhões de Euros após a vinda do aeroporto. Perante os grandes interesses especulativos, deixou de haver legislação que não possa ser contornada.

Em 2006 o próprio governo anunciou a desanexação de 150ha de aluvião da lezíria do Tejo, para a construção de uma plataforma logística da Castanheira do Ribatejo, ao arrepio de toda a legislação nacional.

Recentemente uma seita religiosa propôs à Câmara Municipal de Alenquer a desanexação de 140ha de terrenos agrícolas, para a construção de um empreendimento megalómano. Se um pequenos agricultor for à Câmara com um projecto para construir a casa para o filho num terreno da Reserva Agrícola, logo lhe respondem que nem pensar nisso. E se por acaso tiver a casa integrada nestes terrenos e quiser ampliá-la, nem um degrau lhe deixam construir. Mas o Presidente da Câmara de Alenquer, ficou eufórico com a proposta do empreendimento e prepara-se para declarar de utilidade pública aquela intenção megalómana.

A preservação dos solos da Reserva Agrícola Nacional e a salvaguarda segurança alimentar do país, é uma ideia que nada diz a grande parte dos autarcas. Em Julho de 2006, os presidentes das Câmaras de Azambuja, Alenquer, Rio Maior, Santarém, Salvaterra e Vila Franca de Xira, reivindicaram do governo condições de excepção de aprovação ao uso do solo, semelhantes às que permitiram viabilizar a Plataforma Logística da Castanheira. Isto é, eles mesmos se arvoram em patrocinadores do ataque especulativo aos terrenos agrícolas que têm por obrigação defender.

Um dia a insensatez destes senhores ainda é capaz de vir a ser paga por todos nós.